

# Texto final do Orçamento não será levado a plenário

BRASÍLIA — O Orçamento Geral da União para 1989 aprovado na sexta-feira pelo Congresso não voltará a plenário para o exame da redação final, frustrando a expectativa dos que pretendiam anular a primeira votação. A Comissão de Orçamento está preparando parecer sustentando que o projeto está isento de nova apreciação com base no parágrafo segundo do artigo 51 do Regimento Interno do Congresso, que prevê que qualquer matéria será dispensada do ritual de votação do texto final se for aprovado sem emendas ou em substitutivo integral. Esta manobra regimental pretende frustrar a iniciativa de sete partidos que requereram a anulação de parte da sessão para viabilizar uma nova votação dos recursos destinados à construção da ferrovia Norte-Sul.

O Assessor parlamentar do Gabinete Civil da Presidência, Henrique

Hargreaves, anunciou ontem que o Presidente José Sarney deverá vetar parcialmente o projeto de Orçamento. Os vetos, no entanto, só serão definidos depois da publicação do projeto aprovado. Segundo Hargreaves, o Governo está preocupado com a inclusão no Orçamento de "coisas que não foram votadas".

Presidente do Congresso Nacional, Senador Humberto Lucena (PMDB-PB), afirmou ontem que vai indeferir qualquer recurso pedindo a anulação da sessão que aprovou o Orçamento. Com a declaração, Lucena antecipou sua posição sobre o requerimento que sete partidos pretendem encaminhar ao Congresso pedindo a anulação de parte da sessão.

Segundo Lucena, o Senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC), que presidiu a votação do Orçamento, conduziu a sessão dentro das normas regimentais. Ele admitiu que a sessão foi

muito rápida — durou sete minutos —, mas disse que a forma de presidir uma sessão depende do estilo de cada parlamentar e que agilidade não é sinônimo de fraude.

O recurso a Lucena foi assinado pelos líderes do PSDB, PDT, PC do B, PSB, PT, PTB e PCB. No ofício, as lideranças solicitam a anulação apenas da votação do destaque de José Serra e sua renovação na oportunidade de votação da redação final do projeto de Orçamento.

O requerimento lembra que o processo de exame pelo plenário da proposta de Serra durou apenas 14 segundos.

"Como é possível decidir um gasto de bilhões de cruzados em apenas 14 segundos, especialmente quando se considera que havia evidências de que um parlamentar desejava solicitar uma verificação dessa votação?" argumentam os sete partidos.